

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.684 - RS (2019/0273134-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : CASSIANO DA SILVA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : ROBESPIERRE FERRAZZA TRINDADE - RS037748**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por CASSIANO DA SILVA DOS SANTOS, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento à apelação de seu interesse.

Os elementos existentes nos autos indicam que o réu foi condenado às penas de 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo e 30 (trinta) dias-multa.

A Corte de origem, ao afastar a reincidência específica, redimensionou as penas para 3 (três) anos e 5 (cinco) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa.

Nas razões do presente recurso especial o reú aponta dissídio jurisprudencial.

Suscita, em síntese, que das 7 (sete) circunstâncias judiciais consideradas negativas, 4 (quatro) já foram atingidas pelo instituto da prescrição, quais sejam:

- a) Em relação ao processo de número 021/2.05.00151118-2, este não pode ser considerado em desfavor do réu, visto que houve a baixa da condenação na data de 10/7/2007, ou seja, há quase 12 anos;*
- b) em relação ao processo de número 021/2.05.0000353-1, este também não pode ser considerado em desfavor do réu, visto que houve a baixa da condenação na data de 14/8/2009, ou seja, há quase 10 anos;*
- c) em relação ao processo de número 021/2.05.0016148-O, pois este também não pode ser considerado em desfavor do réu, visto que houve a baixa da condenação na data de 10/7/2007, ou seja, há quase 12 anos; e*
- d) em relação ao processo de número 021/2.06.0007635-2, também não pode ser considerado em desfavor do réu, visto que houve a baixa da condenação na data de 21/6/2009 -21/01/2011, ou seja, há mais de 10 anos e mais de 8 anos.*

Aduz a caracterização de *bis in idem*, uma vez que foi condenado duplamente pela consideração negativa do vetor quanto à personalidade.

Requer, para efeitos de compensação, o reconhecimento da confissão espontânea e o afastamento da circunstância preponderante na avaliação do concurso de atenuantes com agravantes previsto no art. 67 do *Código Penal*.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 448-454), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 456-463), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos*

*legis*, ofertou parecer pelo parcial provimento do inconformismo (e-STJ fls. 475-482).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Inicialmente, no que se refere à interposição do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, está consolidado nesta Corte o entendimento de que a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada mediante a descrição das circunstâncias que identificam ou que assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles, tendo em vista ser indispensável a transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma, de modo a viabilizar o necessário cotejo analítico entre ambos.

Sobre o tema, já se decidiu que, quando o recurso interposto estiver fundado em dissídio pretoriano, *"é imprescindível o atendimento dos requisitos dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ, para a devida demonstração do alegado dissídio jurisprudencial, pois, além da transcrição de acórdãos para a comprovação da divergência, é necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o paradigma, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa ao dispositivo de legislação infraconstitucional, o que não ocorreu na espécie. A inobservância dessa formalidade impede o conhecimento do recurso especial nesse aspecto"* (AgInt no AREsp 527.125/AP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 18/10/2017).

No caso em exame, o recorrente não colacionou trechos dos julgados, nem tampouco realizou o cotejo analítico, não ficando cumpridas as exigências ao conhecimento do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional.

Nesse norte (grifos acrescidos):

*RECURSO ESPECIAL DE A C DA C. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º E 387, § 2º, DO CPP. SUPOSTA ILEGALIDADE NA AUSÊNCIA DE DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR PARA FINS DE FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL DE PENA. FALTA DE INTERESSE. DETRAÇÃO QUE, AINDA QUE EFETIVADA, NÃO RESULTARIA NO ABRANDAMENTO DO REGIME DE PENA FIXADO (SEMIABERTO). EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA SOPESADA NA PRIMEIRA FASE.*

[...]

*3.1.2. A simples transcrição de ementas não serve à comprovação da divergência jurisprudencial, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e o paradigma, com a efetiva confirmação da similitude dos casos confrontados; a jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que não se admite como paradigma, para comprovar eventual dissídio, acórdão proferido em habeas corpus.*

[...]

*(REsp 1705609/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)*

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. NE REFORMATIO IN PEJUS INDIRETA.*

PARÂMETRO DE APLICAÇÃO. QUANTUM FINAL DE PENA FIXADO PELA DECISÃO ANULADA. PRESCRIÇÃO. CONSIDERAÇÃO DE PARTE DA PENA FIXADA EM SENTENÇA ANULADA. IMPOSSIBILIDADE. ATUAÇÃO DO MESMO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INSTÂNCIAS DISTINTAS, MAS APENAS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ACUSATÓRIA. IMPEDIMENTO. INOCORRÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.

APLICAÇÃO RETROATIVA DO § 4º DO ART. 33 DA NOVA LEI DE DROGAS. INVIABILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

[...]

**7. O "recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição Federal exige a demonstração do dissídio jurisprudencial, através da realização do indispensável cotejo analítico, para demonstrar a similitude fática entre o v. acórdão recorrido e o eventual paradigma (arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ).** Ainda, sobre o tema, a jurisprudência deste eg. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que acórdãos proferidos em julgamento de habeas corpus não servem como paradigma para demonstração do dissídio jurisprudencial" (AgRg no AREsp 764.035/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/12/2015, DJe 16/12/2015).

[...]

(REsp 1542007/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018)

Por fim, depreende-se da leitura da peça recursal, que o recorrente não apontou, com clareza, qual ou quais dispositivos infraconstitucionais tenham sido, porventura, violados pelo acórdão recorrido, o que atrai a incidência, por analogia, do óbice da Súmula 284/STF, por ausência de fundamentação.

A propósito (**grifos acrescidos**):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE, CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REGIME PRISIONAL. SUM. 284/STF.

*I - É copiosa a jurisprudência que entende que "O delito previsto no art. 304 do Código Penal consuma-se mesmo quando a carteira de habilitação falsificada é exibida ao policial por exigência deste, e não por iniciativa do agente".*

*II - Em relação à dosimetria e ao regime prisional, observo que limitou-se a defesa a requerer "que seja mantida a pena-base em seu patamar mínimo, aplicando a atenuante da*

***confissão espontânea, nos termos do artigo 65, inciso III, alínea b, do Código Penal e ainda, que seja aplicado o cumprimento da pena em regime inicial aberto", o que atrai, de modo intransponível, o óbice da Súmula 284 da Suprema Corte.***

*III - Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1.758.868/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)*

***PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1º, I, DO DECRETO-LEI N. 201/67. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO SUSTENTAÇÃO ORAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283/STF, 284/STF E 211/STJ. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. HIGIDEZ DO ÉDITO CONDENATÓRIO CONFIRMADO NO EXAME DO HC N. 202.632/MG POR ESTE TRIBUNAL SUPERIOR. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTO SUFICIENTE. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE CONJUNTA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. ATENUANTE DA CONFISSÃO DE ESPONTÂNEA. QUANTUM DE REDUÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO. INSUFICIÊNCIA DA MEDIDA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.***

*1. A análise da suposta nulidade do acórdão impugnado por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento do pedido de sustentação oral, encontra óbice nas Súmulas 211 do STJ, 283 e 284 do STF.*

*2. O pedido de desclassificação da conduta dos recorrentes do inciso*

*I para o V do § 1º do Decreto-Lei n. 201/1967, a pretexto de que não houve a comprovação do prejuízo ao erário, é inviável em recurso especial porque enseja o revolvimento do conteúdo fático-probatório*

*(Súmula 7/STJ). Além disso, a suficiência da prova para o juízo condenatório dos recorrentes, como incursos no art. 1º, I, do mencionado diploma legal, já foi objeto de análise nesta Corte no HC*

*n. 202.632/MG, o que reforça a impossibilidade do reexame da questão por este Superior Tribunal de Justiça.*

*3. A valoração negativa das circunstâncias do crime, apoiada em elementos fáticos dos autos, no caso, especificamente, a "bem arquitetada maquiagem contábil, de difícil comprovação técnica", os "conhecimentos profissionais dos contadores para delinquir sem deixar vestígios" e a "sofisticação da trama engendrada", justifica o aumento da pena-base em seis meses de reclusão.*

4. "É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que é possível a análise conjunta das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, desde que comunicáveis aos acusados, sendo desnecessária a repetição de fundamentos idênticos para fins de elevação da pena-base" (HC 330.554/RN, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 02/12/2015).

5. **O inconformismo dos recorrentes quanto à redução da pena, em apenas cinco meses, pela aplicação da confissão espontânea, encontra óbice na Súmula 284/STF, diante da falta de indicação do dispositivo legal supostamente violado ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").**

6. É insuficiente a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando desfavorável uma das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, a teor do disposto no art. 44, III, do CP. 7. Condenados os recorrentes à pena de 2 anos e 1 mês de reclusão e transitado em julgado o recurso para a acusação, a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal exige o transcurso do lapso de oito anos entre os marcos interruptivos, o que não se verificou no caso em apreço.

8. "Os vícios decorrentes da individualização da pena ocasionam, tão-somente, a anulação parcial da sentença, não afetando a validade, tampouco a eficácia do juízo condenatório. Por consequência, a nulidade do édito condenatório, apenas, na parte da fixação da pena, não torna inócua a interrupção do lapso prescricional (HC 27.943/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/8/2003, DJ 28/10/2003)."

9. **Recurso especial não provido.** (REsp 1.442.900/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 11/05/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator